

CONTEXTOS TERRITORIAIS DIFERENTES FAZEM A DIFERENÇA NO RISCO DE POBREZA EM PORTUGAL?

**DO DIFFERENT TERRITORIAL CONTEXTS MAKE THE
DIFFERENCE IN THE RISK OF POVERTY IN PORTUGAL?**

ELVIRA SOFIA LEITE DE FREITAS PEREIRA

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Técnica de Lisboa

RESUMO

Vários estudos realizados em Portugal têm demonstrado que o risco de pobreza não se distribui uniformemente no território, associando um risco maior de pobreza às áreas rurais. Contudo, esta evidência empírica nada revela de sistemático sobre o papel dos lugares na configuração da pobreza (Subramanian & Duncan, 2000). Neste contexto, este estudo pretende contribuir para a compreensão da relação observada entre localização rural e risco de pobreza. Para o efeito, é realizado, em primeiro lugar, um breve enquadramento teórico e metodológico do estudo da relação entre pobreza e localização. São depois desenvolvidas, com recurso a fontes de informação diversas, quatro variáveis de caracterização do território, associadas a três dimensões centrais dos efeitos da localização rural sobre a pobreza que foram identificadas pela literatura - ruralidade, acessibilidade e contexto económico - e, utilizando os microdados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000, são analisados os efeitos da localização rural na pobreza. Os resultados desta análise sugerem que o efeito da ruralidade na pobreza é sobretudo explicado pelo efeito da composição ao nível das características socioeconómicas dos agregados domésticos e pelo efeito estrutural de outras características do território associadas à ruralidade, nomeadamente a acessibilidade e o contexto económico.

ABSTRACT

Several studies in Portugal have shown that poverty risk is not evenly distributed across the territory, identifying a higher risk of poverty in rural areas. Nevertheless, this empirical evidence tells us nothing systematic about the role of places in shaping poverty (Subramanian & Duncan, 2000). This study aims at contributing to the understanding of the observed relation between rural location and poverty risk in Portugal. We present a theoretical and a methodological framework to analyze the relation between poverty and location. Using diverse data sources, we develop four variables to measure territory characteristics in mainland Portugal associated with the three main dimensions of rural location effects on poverty: rurality, accessibility and economic context. Using microdata from the Household Budget Survey 2000 for mainland Portugal, we analyze the effects of rural location on poverty. We find that the rurality effect on poverty is mainly explained by the household socioeconomic compositional effect and by the structural effect of other territory characteristics associated with rurality, namely accessibility and economic context.

1. Introdução

Numerosos estudos empíricos realizados nos últimos 30 anos apontam para a existência de uma distribuição espacial desigual da pobreza em Portugal e revelam um risco substancial e significativamente maior de pobreza em áreas rurais ou pouco povoadas. Em 2008, em Portugal, o risco de pobreza dos residentes em áreas pouco povoadas correspondia a cerca do dobro do risco de pobreza dos residentes em áreas densamente povoadas - 23,4 % em áreas pouco povoadas e 11,9 % em áreas densamente povoadas (Instituto Nacional de Estatística, 2010).

Contudo, este tipo de evidência empírica nada revela de sistemático sobre o papel dos lugares na configuração da pobreza (Subramanian & Duncan, 2000). Por um lado, não permite identificar e distinguir os factores contextuais específicos, tradicionalmente associados à localização rural, que podem explicar as diferenças espaciais no risco de pobreza. Por outro lado, não permite, por si só, identificar a existência de um efeito estrutural da ruralidade, ou dos contextos territoriais a ela associados, no risco de pobreza. De facto, as diferenças espaciais observadas podem ser o resultado de um efeito composição, ou seja, podem ser o reflexo da distribuição espacial dos indivíduos com características de maior vulnerabilidade à pobreza. Neste caso, um maior risco de pobreza em determinadas áreas é explicado apenas pela existência nessas áreas de uma maior proporção de indivíduos com características de maior vulnerabilidade à pobreza.

Para aprofundar o conhecimento dos factores de pobreza em Portugal importa pois proceder a uma caracterização das unidades territoriais orientada para os aspectos teóricos e empiricamente verificados da influência da localização rural sobre a pobreza, e estudar o efeito desses contextos territoriais na pobreza, área de investigação que tem sido relativamente negligenciada em Portugal.

Partindo das hipóteses de que a localização pode ser vista como o “lugar de um conjunto de oportunidades

e barreiras” (Weber, Jensen, Miller, Mosley, & Fisher, 2005) e de que a pobreza é um problema social macro explicado por oportunidades económicas e sociais limitadas (Cotter, 2002), o estudo, cujos principais resultados se sintetizam neste artigo, teve como finalidade geral contribuir para a compreensão dos factores explicativos da pobreza em Portugal e, em especial, aferir a existência de um efeito estrutural dos contextos territoriais em geral e da ruralidade em particular sobre a pobreza¹.

A organização deste artigo foi orientada pelas seguintes quatro questões que se consideraram relevantes do ponto de vista da análise espacial da pobreza em Portugal:

- 1) Como se pode explicar a relação empiricamente verificada entre localização rural e pobreza? (secção 2).
- 2) Como distinguir e estudar quantitativamente o efeito da localização em geral, e da ruralidade em particular, na pobreza? (secção 3).
- 3) Como diferem os contextos territoriais em Portugal em relação a três atributos centrais da relação entre localização rural e pobreza: ruralidade, acessibilidade e contexto económico? (secção 4).
- 4) Qual a importância do efeito da composição e do efeito estrutural na explicação das diferenças espaciais observadas no risco de pobreza em Portugal? (secção 5).

2. Localização rural e pobreza

Na literatura sobre pobreza, a localização é vista como o “lugar de um conjunto de oportunidades e barreiras”, sendo a localização rural reconhecida como aquela que oferece menores oportunidades e barreiras mais altas ao sucesso económico (Weber *et al.*, 2005).

Nas análises da distribuição espacial do risco de pobreza, em Portugal e noutros países, os resultados indicam, de facto, a existência de diferenças substanciais e persistentes no risco de pobreza entre diferentes localizações e regiões, apontando para um maior risco de pobreza nas áreas rurais.

¹ Tese de doutoramento da autora com o título “Pobreza e ruralidade: uma análise espacial em Portugal Continental”, orientada pelo Professor Doutor José António Correia Pereirinha.

Na literatura sobre pobreza, a localização é vista como o “lugar de um conjunto de oportunidades e barreiras”, sendo a localização rural reconhecida como aquela que oferece menores oportunidades e barreiras mais altas ao sucesso económico.

Nas análises da distribuição espacial do risco de pobreza, em Portugal e noutros países, os resultados indicam, de facto, a existência de diferenças substanciais e persistentes no risco de pobreza entre diferentes localizações e regiões, apontando para um maior risco de pobreza nas áreas rurais.

Num artigo que sintetiza os resultados da literatura sobre a forma como as características dos locais podem afectar a pobreza, Blank (2005) identifica cinco atributos de uma região ou localidade que podem afectar a incidência e a natureza da pobreza: i) o ambiente natural, ii) a estrutura económica, iii) as instituições comunitárias e políticas, iv) as normas sociais e o ambiente cultural e v) as características demográficas da população. Estes atributos estão relacionados entre si pelo que se torna difícil distinguir a ‘causa’ da ‘consequência’.

Por exemplo, uma economia local que fornece oportunidades de emprego limitadas e associadas a baixas qualificações pode reforçar as baixas habilitações locais através da influência que produz sobre as ambições educacionais dos que aí residem, uma vez que os jovens perante oportunidades de emprego com baixas qualificações não investem na formação, e pela selecção residencial dos que ficam, uma vez que os indivíduos mais dotados tenderão a abandonar essas áreas à procura de melhores oportunidades de emprego (Blank, 2005). Esta situação tem como consequência a erosão da base dos recursos locais o que por sua vez influenciará as oportunidades económicas futuras e a atracção de novos investimentos e empresas (Blank, 2005; Ravallion, 1998).

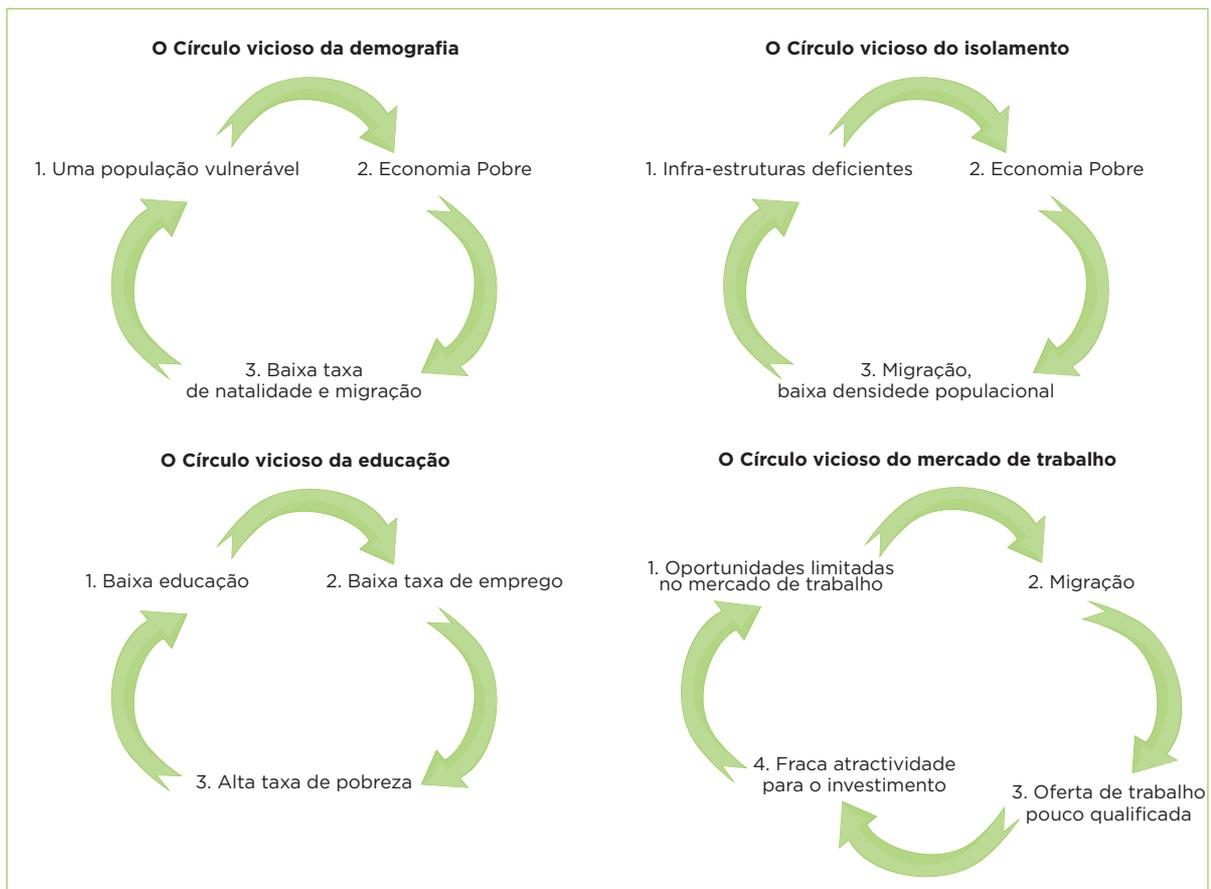
Num relatório publicado em 2008 pela Comissão Europeia sobre pobreza e exclusão social nas áreas rurais (EC – European Commission, 2008) eram identificados quatro círculos viciosos da pobreza das áreas rurais: o *círculo vicioso da demografia*, o *círculo vicioso do isolamento*, o *círculo vicioso da educação* e o *círculo vicioso do mercado de trabalho* (Figura 1).

O *círculo vicioso da demografia*, é gerado por uma situação demográfica desfavorável, caracterizada por uma população mais idosa e por baixa densidade populacional, que afecta negativamente o desempenho económico das áreas rurais e encoraja a migração, tornando ainda mais desfavorável a sua situação demográfica (EC, 2008).

O *círculo vicioso do isolamento* é gerado por infra-estruturas deficientes, que afectam negativamente o desempenho económico das áreas rurais, encorajando a migração e originando um impacto negativo na situação demográfica, o que por sua vez representa um obstáculo ao desenvolvimento das infra-estruturas (EC, 2008).

O *círculo vicioso da educação* é gerado por níveis educacionais baixos, o que origina uma baixa taxa de

Figura 1 Os quatro círculos viciosos da pobreza das áreas rurais



Fonte: EC, 2008, p. 72.

O círculo vicioso da demografia, é gerado por uma situação demográfica desfavorável, caracterizada por uma população mais idosa e por baixa densidade populacional, que afecta negativamente o desempenho económico das áreas rurais e encoraja a migração, tornando ainda mais desfavorável a sua situação demográfica.

O círculo vicioso do isolamento é gerado por infra-estruturas deficientes, que afectam negativamente o desempenho económico das áreas rurais, encorajando a migração e originando um impacto negativo na situação demográfica, o que por sua vez representa um obstáculo ao desenvolvimento das infra-estruturas.

O círculo vicioso da educação é gerado por níveis educacionais baixos, o que origina uma baixa taxa de emprego; a menor taxa de emprego aumenta, por sua vez, o risco de pobreza, que pode afectar negativamente os níveis educacionais.

Finalmente, o círculo vicioso do mercado de trabalho é gerado por um mercado de trabalho com oportunidades de emprego limitadas, que obriga à migração dos mais qualificados, levando à predominância de trabalhadores de baixas qualificações e desincentivando o investimento nas áreas rurais, o que, por sua vez, limita as oportunidades de emprego.

Se as diferenças espaciais observadas são também explicadas pelo efeito estrutural, então as diferenças das características das unidades territoriais onde vivem os indivíduos ou agregados domésticos terão um efeito na probabilidade de pobreza que não se reduz às características dos indivíduos ou agregados domésticos que aí residem. Neste caso, agregados domésticos com características sociodemográficas e socioeconómicas semelhantes terão maior probabilidade de pobreza se residirem em determinadas localizações, o que sugere que os lugares não só diferem como fazem a diferença.

emprego; a menor taxa de emprego aumenta, por sua vez, o risco de pobreza, que pode afectar negativamente os níveis educacionais (EC, 2008).

Finalmente, o *círculo vicioso do mercado de trabalho* é gerado por um mercado de trabalho com oportunidades de emprego limitadas, que obriga à migração dos mais qualificados, levando à predominância de trabalhadores de baixas qualificações e desincentivando o investimento nas áreas rurais, o que, por sua vez, limita as oportunidades de emprego (EC, 2008).

Estes e outros estudos permitem aprofundar a compreensão do empobrecimento das áreas rurais e têm importantes implicações políticas no combate à pobreza.

Por um lado, os estudos realizados sugerem a possibilidade de existir quer uma influência *directa*, independente das características dos indivíduos e das escolhas que realizaram no passado, quer uma influência *indirecta*, mediada pelas características dos indivíduos, dos contextos territoriais no risco de pobreza observado. Neste segundo caso, o contexto territorial limita as opções e influencia as escolhas que os indivíduos realizam ao nível da educação e do emprego, explicando assim uma maior concentração de indivíduos com características de maior vulnerabilidade à pobreza em contextos desfavoráveis, concentração que é reforçada pela migração selectiva.

Por outro lado, esses estudos destacam a existência de dois atributos centrais do ponto de vista dos efeitos da localização rural na pobreza: a *acessibilidade* e o

contexto económico (Blank, 2005; Weber *et al.*, 2005). Nesse sentido, sugere-se que a influência da localização rural na pobreza pode ser explicada pelos contextos económicos e de acessibilidade associados à localização rural. Ainda assim, alguns investigadores têm sugerido que “existe algo não medido (e talvez impossível de medir) na localização rural que dificulta o sucesso económico das pessoas que residem nas zonas rurais” (Weber *et al.*, 2005, p. 389). Ou seja, a maior incidência de pobreza observada nas áreas rurais pode não ser apenas explicada pela associação da *ruralidade* com contextos de menor *acessibilidade* e *contextos económicos* mais desfavoráveis, mas também ter um efeito independente que não se reduz a estas dimensões.

3. Os estudos contextuais: o efeito da composição e o efeito estrutural da localização no risco pobreza

A compreensão do papel dos lugares e da ruralidade na configuração da pobreza pode ser enriquecida com *estudos contextuais* dos efeitos de factores específicos, tradicionalmente associados à localização rural, que podem explicar as diferenças espaciais encontradas na distribuição da pobreza.

Os *estudos contextuais* são um dos tipos de estudos quantitativos que procuram compreender os efeitos da localização na probabilidade de pobreza (Weber *et al.*, 2005). Estes estudos procuram explicar as diferenças

na probabilidade de pobreza ao nível dos agregados domésticos em função das características demográficas individuais sobre as quais os indivíduos não têm controlo (como, por exemplo, o sexo e a idade), das características individuais que são o resultado de escolhas – muitas vezes constringidas – realizadas no passado (como, por exemplo, a educação, o estado civil e a ocupação), das características da área de residência que definem as oportunidades económicas locais (como por exemplo, a taxa de desemprego e a estrutura sectorial), e da localização rural (Weber *et al.*, 2005).

Estes estudos permitem assim aferir a importância relativa de dois tipos de efeitos que podem explicar as diferenças espaciais observadas: o *efeito da composição* e o *efeito estrutural*.

Se as diferenças espaciais observadas são explicadas pelo *efeito da composição*, estamos perante um problema de concentração, em determinadas áreas, de indivíduos ou agregados domésticos com características sociodemográficas e socioeconómicas de maior vulnerabilidade à pobreza. Neste caso, as diferenças espaciais na pobreza serão sobretudo explicadas por baixas dotações de recursos produtivos detidos pelos agregados domésticos, incluindo capital humano, embora com ligações à estrutura macro através dos salários e dos preços (Ravallion, 1998, 1999).

Se as diferenças espaciais observadas são também explicadas pelo *efeito estrutural*, então as diferenças das características das unidades territoriais onde vivem os indivíduos ou agregados domésticos terão um efeito na probabilidade de pobreza que não se reduz às características dos indivíduos ou agregados domésticos que aí residem. Neste caso, agregados domésticos com características sociodemográficas e socioeconómicas semelhantes terão maior probabilidade de pobreza se residirem em determinadas localizações, o que sugere que os lugares não só diferem como fazem a diferença (Subramanian & Duncan, 2000, p. 5).

Apesar de estes estudos não captarem a influência total dos contextos territoriais na pobreza, dado que as características sociodemográficas e socioeconómicas podem ser, como já foi referido, variáveis intervenientes na relação entre localização e pobreza, uma análise detalhada destes efeitos permite enriquecer a compreensão do papel dos lugares e da ruralidade na configuração da pobreza.

Além disso, a não rejeição da hipótese de existência de um efeito estrutural da localização (enquanto estrutura de oportunidades) na pobreza, como vários estudos noutros países têm demonstrado, acarreta importantes implicações teóricas do ponto de vista da explicação da pobreza e importantes implicações práticas do ponto de vista do combate à pobreza.

4. Ruralidade, acessibilidade e contexto económico: contextos territoriais em Portugal Continental

Para identificar e distinguir os factores contextuais específicos da pobreza em Portugal e aferir o efeito independente da *ruralidade* na probabilidade de pobreza é necessário, em primeiro lugar, desenvolver medidas diferentes para cada uma das dimensões relevantes seleccionadas: *ruralidade*, *acessibilidade* e *contexto económico*. Assim, para cada uma das dimensões de análise foram desenvolvidos índices de caracterização do território de Portugal Continental².

O *índice de ruralidade* resume a informação das seguintes cinco variáveis ao nível da freguesia: população residente, densidade populacional, homogeneidade da instrução, homogeneidade da qualificação profissional e proporção da população residente natural da freguesia³. Na construção do índice foram utilizados os dados dos Censos de 2001.

O *índice de acessibilidade a bens e serviços* resulta da agregação ponderada de um índice desenvolvido

² O principal método utilizado para desenvolver os índices foi a análise factorial exploratória, um método estatístico multivariado que permite resumir e reduzir a informação de um conjunto de variáveis observáveis, que se consideram representar aspectos do conceito que se pretende medir, numa ou mais variáveis não observáveis (factores ou componentes). Os índices correspondem assim aos valores dos *scores* factoriais dos factores/componentes obtidos. Nos casos do índice de ruralidade e do índice de acessibilidade, o número de casos observados é de 4037, correspondente ao número de freguesias de Portugal Continental à data dos Censos de 2001. No caso do contexto económico, o número de casos observados é de 278, correspondente ao número de concelhos de Portugal Continental à data dos Censos de 2001. A metodologia e os resultados mais detalhados relativos ao desenvolvimento destes índices podem ser consultados em Pereira, Pereirinha e Passos (2009) e em Pereira (2010).

³ De modo a que os valores mais altos das variáveis estivessem associados à ruralidade, quer no caso da população residente (número de residentes) quer no caso da densidade populacional (número de residentes por km²) foram utilizados os valores simétricos.

para medir a provisão geral de bens e serviços com uma escala desenvolvida para medir a provisão de serviços de transportes colectivos, ambos a nível da freguesia. A Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População de 2002 (CESAP 2002) foi a fonte de dados seleccionada para a construção destas medidas. O índice de provisão de bens e serviços resume a informação de nove índices de existência de serviços, bens ou equipamentos - índice serviços e comércio, índice produtos, índice de cobertura água, esgotos e recolha de lixo, índice comunicações, índice ensino, índice saúde, índice acção social, índice desporto e índice cultura e lazer – que agregam 151 itens da CESAP 2002. A escala de provisão de serviços de transporte colectivos foi construída utilizando 4 itens da CESAP 2002: rede de transporte rodoviário local, rede de transporte regional/nacional, estação/apeadeiro ferroviário e frequência de transporte de passageiros.

Finalmente, para o desenvolvimento dos *índices de caracterização do contexto económico*, ao nível do concelho, foram seleccionados cinco vectores de análise: i) qualificação da população, ii) dinâmica/evolução, iii) rendimento, iv) estrutura sectorial e v) mercado de trabalho. Para cada um dos vectores de análise foram seleccionadas variáveis de caracterização, num total de 18, utilizando dados dos Censos de 2001, dos Quadros de Pessoal de 2002 e do Estudo do sobre o Poder de Compra Concelhio de 2002. Da análise realizada resultaram dois índices de caracterização do contexto económico que resumem de forma adequada as variáveis seleccionadas.

O primeiro índice, que designámos por *rendimento e modernidade*, agrupa as seguintes variáveis: i) do vector rendimento, o indicador per capita do poder de compra, o índice do PIB real per capita e o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem; ii) do vector estrutura sectorial, a população empregue no sector terciário; iii) do vector mercado de trabalho, a proporção da população empregada com qualificação alta e a proporção de trabalhadores por conta de outrem com qualificação inferior à escolaridade obrigatória (em sentido negativo); e iv) do vector dinâmica, a variação do índice

do PIB real per capita. Os valores mais elevados neste índice são associados aos contextos mais favoráveis.

O segundo índice, que designámos por *actividade e renovação*, agrupa as seguintes variáveis: i) do vector mercado de trabalho, a taxa de actividade da população em idade activa, o índice de renovação da população em idade activa, a taxa de desemprego (em sentido negativo) e a proporção de trabalhadores familiares não remunerados (em sentido negativo); ii) do vector qualificação da população, a taxa de analfabetismo (em sentido negativo); iii) do vector estrutura sectorial, a população empregue no sector primário (em sentido negativo); e iv) do vector dinâmica, a variação percentual da população residente empregada. Numa análise adicional verificou-se que este índice tem uma correlação moderada alta com a proporção da população empregue no sector secundário. Os valores mais elevados neste índice são associados aos contextos mais favoráveis.

Cada um dos quatro índices foi transformado numa tipologia que resulta do agrupamento do índice respectivo em cinco classes pelo método das quebras naturais⁴. Na figura 2, é apresentada a representação espacial em Portugal Continental de cada uma destas quatro tipologias, revelando a heterogeneidade do território ao nível destas quatro variáveis⁵.

Uma leitura regional das quatro tipologias sugere, numa leitura macro e simplificada das configurações espaciais, a coexistência e justaposição de três oposições territoriais internas referidas por Ferrão (2003): a oposição norte/sul, a oposição litoral/interior e a configuração em arquipélago que resulta da emergência de aglomerações urbanas no litoral e no interior, no norte e no sul.

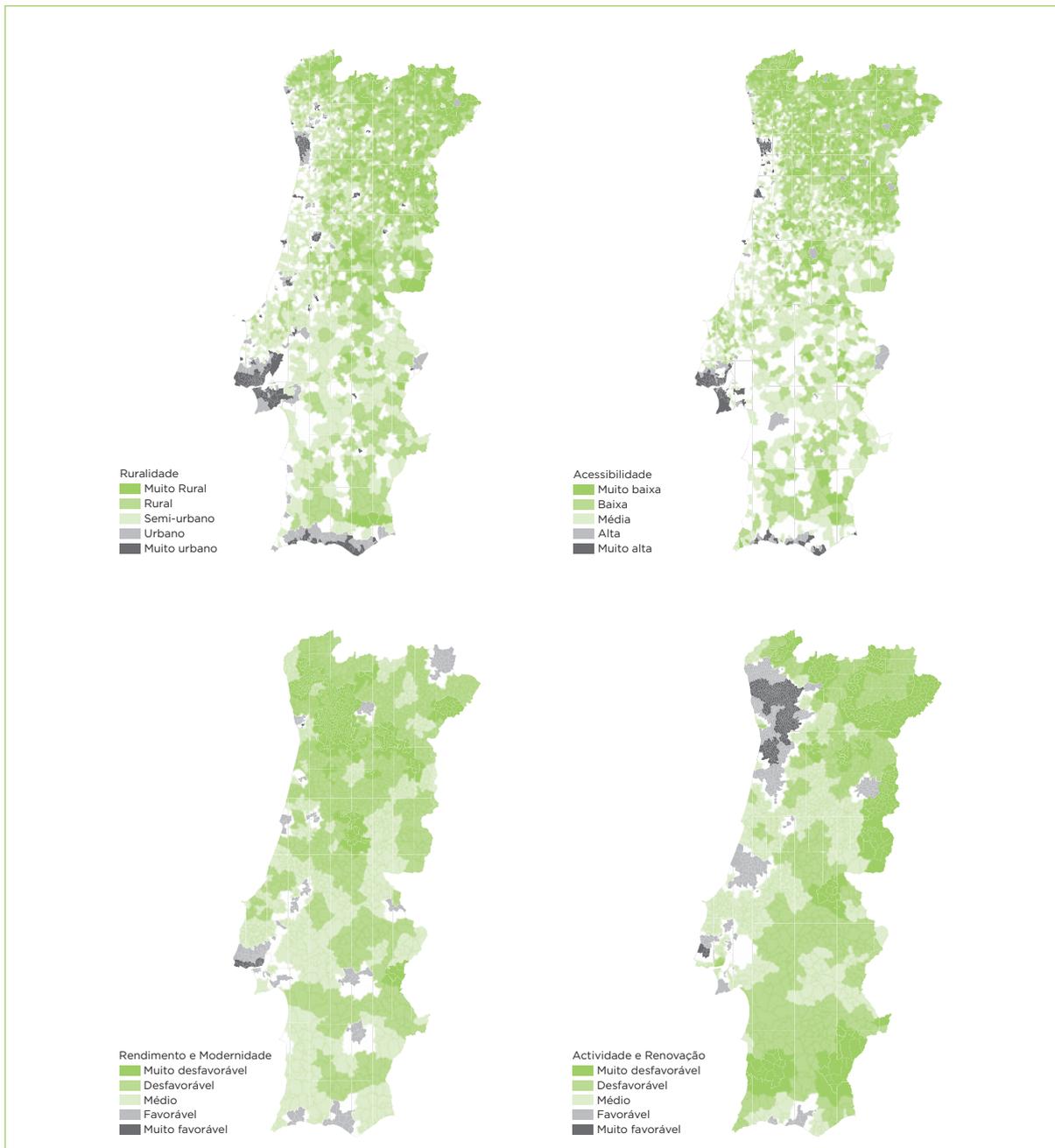
A análise da associação entre o índice de ruralidade por um lado e os outros três índices desenvolvidos por outro revela, como seria de esperar, uma associação da *ruralidade* com contextos de menor *acessibilidade* e *contextos económicos* mais desfavoráveis, quer em termos de *rendimento e modernidade* quer em termos de *actividade e renovação*.⁶ No entanto, como se pode observar na figura 2 e tendo em conta também os diferentes níveis

⁴ Este método de classificação procura reduzir a variância dentro dos grupos e maximizar a variância entre os diferentes grupos.

⁵ Estas representações espaciais foram realizadas com recurso ao programa ArcGIS e à Carta Administrativa Oficial V1.0 - Junho de 2001 (disponível em <http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/verso1.htm>)

⁶ A associação, em sentido negativo, entre o índice de ruralidade e o índice de acessibilidade é em particular alta. Já a associação, em sentido negativo, entre o índice de ruralidade e os índices rendimento e modernidade e actividade e renovação tem uma magnitude baixa a moderada, reflectindo, em parte, o facto de no mesmo contexto económico (ao nível do concelho) se poderem encontrar diversos contextos de ruralidade (ao nível da freguesia).

Figura 2 Representação cartográfica das tipologias de caracterização do território



Nos estudos transversais dos efeitos espaciais, e da localização rural em particular, na probabilidade de pobreza são normalmente considerados dois tipos de efeitos que podem explicar as diferenças espaciais observadas: o efeito da composição e o efeito estrutural. Se as diferenças espaciais observadas são inteiramente atribuíveis ao efeito da composição, o efeito da localização sobre a probabilidade de pobreza tenderá a desaparecer quando ajustado para as características sociodemográficas e socioeconómicas dos indivíduos ou agregados domésticos. Se as diferenças espaciais observadas são também atribuíveis a um efeito estrutural, o efeito da localização sobre a probabilidade de pobreza manter-se-á quando ajustado para as características sociodemográficas e socioeconómicas dos indivíduos ou agregados domésticos.

de análise, cada uma das quatro medidas produz uma caracterização específica e diferenciada do território de Portugal Continental, sugerindo assim o interesse em considerar as quatro medidas desenvolvidas de caracterização do território para estudar os factores de pobreza ligados à localização.

4. A dimensão espacial da pobreza em Portugal: o efeito da composição e o efeito estrutural dos contextos territoriais

4.1 Aspectos metodológicos

Como referido anteriormente, nos estudos transversais dos efeitos espaciais, e da localização rural em particular, na probabilidade de pobreza são normalmente considerados dois tipos de efeitos que podem explicar as diferenças espaciais observadas: o *efeito da composição* e o *efeito estrutural*. Se as diferenças espaciais observadas são inteiramente atribuíveis ao *efeito da composição*, o efeito da localização sobre a probabilidade de pobreza tenderá a desaparecer quando ajustado para as características sociodemográficas e socioeconómicas dos indivíduos ou agregados domésticos. Se as diferenças espaciais observadas são também atribuíveis a um *efeito estrutural*, o efeito da localização sobre a probabilidade de pobreza manter-se-á quando ajustado para as características sociodemográficas e socioeconómicas dos indivíduos ou agregados domésticos.

Para compreender o efeito da ruralidade e de outras características do território na probabilidade de pobreza em Portugal Continental, considerou-se importante distinguir quatro tipos de efeitos: i) o *efeito da composição das características sociodemográficas dos ADPs*, ii) o *efeito da composição das características socioeconómicas dos ADPs*, iii) o *efeito estrutural de outras características dos contextos territoriais* e iv) o *efeito estrutural da ruralidade*.

Para realizar as análises destes efeitos foram utilizados os microdados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000 (IOF 2000), aos quais foram associadas as variáveis de caracterização do território operacionalizadas.⁷ A unidade de análise seleccionada foi o agregado

⁷ A base de microdados do IOF 2000 não disponibiliza a variável freguesia por razões de confidencialidade. Nesse sentido, foi solicitado ao Instituto Nacional de Estatística (INE) o cruzamento dos ficheiros de microdados do IOF 2000, cedidos ao abrigo do Protocolo entre o INE e o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, com as tipologias de caracterização do território operacionalizadas (cinco categorias). Depois de uma análise técnica para avaliação do risco de identificação, o cruzamento foi autorizado e realizado pelo INE, dado não colocar as unidades estatísticas em causa em risco de identificação.

doméstico privado (ADP) uma vez que são as características do ADP em termos de rendimento e privação que determinam a situação de pobreza do mesmo⁸.

A técnica utilizada foi a análise de regressão logística e foi definida como variável dependente a situação de pobreza, com valor 1 no caso do ADP se encontrar em situação de pobreza consistente e valor 0 no caso de não pobreza consistente.⁹ As variáveis independentes (ou preditoras) foram organizadas em 4 blocos: i) bloco sociodemográfico (características sociodemográficas do ADP); ii) bloco socioeconómico (características socioeconómicas do ADP); iii) bloco territorial (características do território à excepção da variável ruralidade) e iv) ruralidade.

As variáveis independentes mantidas nos diversos modelos de regressão logística são aquelas que revelaram ter poder preditor da pobreza na análise por blocos ou na análise do modelo completo (que inclui todos os blocos de variáveis independentes), a saber: i) no bloco sociodemográfico: número de adultos, número de crianças, número de doentes ou incapacitados, existência de idosos, escalão etário do representante do agregado, sexo do representante do agregado, situação familiar do representante do agregado; ii) no bloco socioeconómico: número de titulares de receita, número de activos, número de desempregados, principal fonte de rendimento do agregado, nível de instrução do representante do agregado, categoria socioprofissional do representante do agregado, regime de prestação de trabalho do representante e sector de prestação de trabalho do representante; iii) no bloco territorial: acessibilidade, rendimento e modernidade, actividade e renovação, NUTS II e área metropolitana; e iv) ruralidade¹⁰.

4.2 Resultados

Os principais resultados das análises realizadas por blocos são os seguintes:

- 1) Considerando apenas a *ruralidade* como variável preditora (efeito não ajustado) verifica-se, tal como esperado, que a probabilidade de pobreza aumenta com a ruralidade: as chances de pobreza aumentam 100 % (OR=2,00; I.C. a 95 %=[1,89;2,13]) por cada nível adicional de ruralidade¹¹.
- 2) A magnitude do *efeito da ruralidade ajustado para os efeitos das variáveis de caracterização sociodemográfica do ADP* é ligeiramente superior à magnitude do efeito não ajustado. De facto, no modelo ajustado, as chances de pobreza aumentam 115 % (OR=2,15; I.C. a 95 %=[1,98;2,33]) por cada nível adicional de ruralidade. Este resultado sugere, assim, que o efeito da ruralidade sobre a probabilidade de pobreza não é atribuível ao efeito da composição das características sociodemográficas dos ADP.
- 3) A magnitude do *efeito da ruralidade ajustado para os efeitos das variáveis de caracterização socioeconómica do ADP* é claramente e significativamente menor do que a magnitude do efeito não ajustado. Assim, no modelo ajustado, as chances de pobreza aumentam 53 % (OR=1,53; I.C. a 95 %=[1,40;1,68]) por cada nível adicional de ruralidade. Este resultado sugere, assim, que o efeito da ruralidade sobre a probabilidade de pobreza é em grande parte atribuível ao efeito da composição das características socioeconómicas dos residentes nos diferentes contextos.
- 4) Considerando apenas as variáveis do *bloco territorial* como variáveis preditoras verifica-se que cada uma das variáveis – acessibilidade, rendimento e modernidade, actividade e renovação, região NUTS II e área metropolitana – tem efeitos significativos na probabilidade de pobreza. Os efeitos observados da acessibilidade, do rendimento e modernidade e da actividade e renovação são os esperados. Quer a

⁸ O Agregado Doméstico Privado é definido como: “conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas habituais em alojamento e alimentação são suportadas conjuntamente (orçamento comum), independentemente da existência de laços de parentesco; ou indivíduo que ocupa integralmente um alojamento, ou que, partilhando-o com outros indivíduos, não satisfaz a condição anterior (orçamento comum)” (INE, 2001).

⁹ Esta variável dependente resulta de uma operacionalização do conceito de pobreza que combina uma medida de rendimento insuficiente e uma medida de privação material forçada para produzir uma tipologia de pobreza. Os ADP seleccionados para estas análises correspondem assim a uma sub-amostra dos ADP inquiridos no IOF 2000, aqueles consistentemente identificados como pobres e não pobres pelas duas medidas operacionalizadas, totalizando 5 391 casos. A metodologia e os resultados mais detalhados relativos a estas análises podem ser consultados em Pereira (2010).

¹⁰ O indivíduo seleccionado como representante do agregado é o membro do ADP que afigure o rendimento monetário individual mais elevado.

¹¹ As chances correspondem neste caso ao rácio entre a probabilidade de pobreza e a probabilidade de não pobreza.



melhoria da acessibilidade, quer a melhoria dos contextos de rendimento e modernidade e de actividade e renovação diminuam significativamente a probabilidade do ADP ser pobre.

- 5) A magnitude do *efeito da ruralidade ajustado para os efeitos das variáveis de caracterização do território* é claramente e significativamente menor do que magnitude do efeito não ajustado. Assim, no modelo ajustado, as chances de pobreza aumentam 68 % (OR=1,68; I.C. a 95 %=[1,51;1,86]) por cada nível adicional de ruralidade. Este resultado sugere que o efeito da ruralidade sobre a probabilidade de pobreza é em grande parte atribuível aos efeitos que as outras características do território, associadas à ruralidade, têm sobre a pobreza.

Dos resultados das análises realizadas por blocos e da análise realizada com inclusão de todas as variáveis independentes dos quatro blocos (modelo completo) pode concluir-se o seguinte:

- 1) Os factores associados às *características socioeconómicas do ADP* são aqueles que melhor explicam a pobreza dos mesmos. Destacam-se os efeitos protectores do número de titulares de receita, do número de activos, de ter a propriedade ou o capital como principal fonte de receita, de níveis mais elevados de instrução, da pertença à categoria socioprofissional mais elevada – empresários, dirigentes e profissionais liberais – e do emprego no sector público. É também interessante notar que a pertença do representante à categoria dos reformados por outras razões que não a doença/incapacidade, ajustado para o efeito das outras variáveis, nomeadamente para a principal fonte de receita do ADP, aparece como um factor protector da pobreza. Por outro lado, o número de desempregados, a dependência de pensões como principal fonte de rendimento, os níveis de instrução mais baixos e a pertença à categoria socioprofissional de agricultor independente destacam-se como factores importantes de vulnerabilidade à pobreza.
- 2) Dado que as *variáveis de caracterização do território* mantêm um efeito significativo quando ajustado para os efeitos de todas as variáveis sociodemográficas e

socioeconómicas, não é possível rejeitar a hipótese de existência de um *efeito estrutural dos contextos territoriais na pobreza*.

- 3) O *efeito da ruralidade* na pobreza em Portugal é sobretudo explicado pelo *efeito da composição das características socioeconómicas dos ADP* e pelo *efeito estrutural de outras características do território* associadas à ruralidade, nomeadamente a acessibilidade e os contextos económicos de rendimento e modernidade e de actividade e renovação.

São os factores associados às características socioeconómicas dos ADP que melhor explicam a pobreza dos mesmos. Assim, é possível que uma parte importante da influência da ruralidade e dos contextos a ela associados na probabilidade de pobreza se exerça por limitação das opções e por influência sobre as escolhas que os indivíduos realizam ao nível da educação e do emprego.

Considerações finais

A resposta que este estudo dá à questão levantada no título deste artigo é positiva: em Portugal contextos territoriais diferentes fazem a diferença no risco de pobreza.

De facto, os resultados apresentados sugerem um efeito estrutural dos contextos territoriais na probabilidade de pobreza: ADP com características sociodemográficas e socioeconómicas semelhantes têm uma maior probabilidade de serem pobres se residirem em freguesias de maior ruralidade e de menor acessibilidade e em concelhos com contextos económicos menos favoráveis, quer em termos de rendimento e modernidade quer em termos de actividade e renovação.

Adicionalmente, os resultados sugerem que o efeito da ruralidade na pobreza é sobretudo explicado pelo efeito da composição ao nível das características socioeconómicas dos ADP e pelo efeito estrutural de outras características do território, nomeadamente a acessibilidade e o contexto económico, associadas à ruralidade.

O conjunto dos resultados indica, aliás, que são os factores associados às características socioeconómicas dos ADP que melhor explicam a pobreza dos mesmos.

Assim, é possível que uma parte importante da influência da ruralidade e dos contextos a ela associados na probabilidade de pobreza se exerça por limitação das opções e por influência sobre as escolhas que os indivíduos realizam ao nível da educação e do emprego.

Estes resultados têm implicações importantes que não devem ser ignoradas. Em primeiro lugar, a existência de um efeito estrutural da acessibilidade e dos contextos económicos coloca a tónica na estrutura de oportunidades enquanto causa directa da pobreza em Portugal. Em segundo lugar, a existência deste efeito estrutural significa que os indivíduos continuam a ter um incentivo para abandonar as áreas rurais ou pouco povoadas em Portugal, com possíveis consequências negativas do ponto de vista do ordenamento do território. Em terceiro lugar, e abrindo, desde já, perspectivas para investigações futuras neste domínio, importa aprofundar em Portugal o efeito dos contextos territoriais no constrangimento das escolhas dos indivíduos. Finalmente, o efeito estrutural identificado sugere que o desenvolvimento da infra-estrutura física e económica nas áreas com contextos territoriais mais desfavoráveis pode ser, de facto, um instrumento eficaz no combate à pobreza.

Referências Bibliográficas

- Blank, R. M. (2005), "Poverty, Policy, and Place: How Poverty and Policies to Alleviate Poverty Are Shaped by Local Characteristics", in *International Regional Science Review*, 28, n. 4, pp. 441-464 .
- Cotter, D. (2002), "Poor People in Poor Place: Local Opportunity Structures and Household Poverty", in *Rural Sociology*, 67, n. 4, pp. 534-555.
- EC - European Commission (2008), "Poverty and Social Exclusion in Rural Areas: Final Study Report", in *European Communities*, pp. 1-187.
- Ferrão, J. (2003), "Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento, Portugal 1991-2001", in *Revista de Estudos Demográficos*, n. 34, pp. 17-25.
- Instituto Nacional de Estatística (2010), *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, pp. 1-200.
- Pereira, E. (2010), *Pobreza e Ruralidade: uma análise espacial em Portugal Continental*, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 1-412.
- Pereira, E., Pereirinha, J., & Passos, J. (2009), "Desenvolvimento de índices de caracterização do território para o estudo da pobreza em Portugal Continental", in *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n. 21, pp. 9-35.
- Ravallion, M. (1998), "Poor Areas". In D. Giles, & A. Ullah (eds), *The Handbook of Applied Economic Statistics*, (pp. 63-91), New York: Marcel Dekkar.
- Ravallion, M., & Wodon, Q. (1999), "Poor areas, or only poor people?", in *Journal of Regional Science*, 39, n. 4, pp. 689-711.
- Subramanian, S., & Duncan, C. (2000), "Capability and Contextuality", in *Harvard Center for Population and Development Studies Working Paper Series*, 10, n. 10, pp. 1-20.
- Weber, B., Jensen, L., Miller, K., Mosley, J., & Fisher, M. (2005), A critical review of rural poverty literature: Is there truly a rural effect? in *International Regional Science Review*, 28, n. 4, pp. 381-414.